

Gláucia Wesselovicz  
Janaina Cazini  
(Organizadoras)

# Diálogos sobre **Inclusão 2**



**Glaucia Wesselovicz**  
**Janaina Cazini**  
(Organizadoras)

# **Diálogos sobre Inclusão 2**

**Atena Editora**  
**2019**

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
D536	<p>Diálogos sobre inclusão 2 [recurso eletrônico] / Organizadoras Glauca Wesselovicz, Janaina Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Diálogos Sobre Inclusão; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-363-7 DOI 10.22533/at.ed.637192805</p> <p>1. Brasil – Condições sociais. 2. Desenvolvimento social. 3. Integração social. I. Wesselovicz, Glauca. II. Cazini, Janaina. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361.2</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná - Brasil

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

Atena  
Editora

Ano 2019

## APRESENTAÇÃO

A obra “Diálogos sobre Inclusão” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 24 capítulos do volume II, apresenta estudos relacionados a inclusão social com propósito de cooperar para que profissionais, educadores e toda sociedade possam contribuir para elaboração de políticas públicas que garantam as mesmas oportunidades a todos.

Apesar do nosso país ser conhecido por sua diversidade e pluralidade cultural, o problema da exclusão social atinge várias camadas da sociedade e entender como solucioná-las é tarefa complexa, que envolve diferentes esferas sociais interligadas.

Embora estejamos no Século XXI, com um cenário tecnológico e de informação em grande avanço, ainda a condição do acesso aos direitos fundamentais e de igualdade não atingem a quem mais precisa.

Estar atento às possibilidades, é inerente a todos os equipamentos da sociedade e, para isso, o trabalho conjunto entre Instituições educacionais, ONGs e organizações públicas e privadas, se tornam essenciais. Seja no acesso a informação ou cumprimento das leis que asseguram o acesso a igualitário de todos.

Esperamos que esta obra possa inspirar e incentivar a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Glaucia Wesselovicz  
Janaína Cazini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A EQUIDADE NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO DE UMA ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE PICOS-PI	
Shearley Lima Teixeira Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928051</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>11</b>
A CONSTRUÇÃO DE UM NAPNE NA EDUCAÇÃO INFANTIL DO COLÉGIO PEDRO II	
Cintia Tavares Ferreira Celeste Azulay Kelman	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928052</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
A DISCIPLINA DE LIBRAS NO ENSINO SUPERIOR: UM PANORAMA DOS ACADÊMICOS DE LETRAS DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	
Luiza Valdevino Lima Daniela Valdevino Lima Luciana Maria de Souza Macedo Geórgia Maria de Alencar Maia Ana Patrícia Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928053</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>31</b>
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO NAPNE	
Amanda de Almeida Soares Karla Percília da Silva Fortes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928054</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>37</b>
A GESTÃO PEDAGÓGICA E O PROCESSO DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DE ALUNOS CEGOS: UM ESTUDO DE CASO	
Alexandre Ribeiro da Silva Geandra Claudia Silva Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928055</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO, INTELIGÊNCIA E CRIATIVIDADE NO PIBIC: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	
Vera Borges de Sá Laís Bezerra Ferraz Pedro Botelho Cynthia Maria Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928056</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
APAE: DAS CONCEPÇÕES FILOSÓFIAS ÀS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM RIO BRANCO - ACRE	
Maria Auxileide da Silva Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928057</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>76</b>
AS ESPECIFICIDADES DO TRANSTORNO Opositor DESAFIADOR NO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
Ana Paula Silva Andrade Jorge Ana Luiza Barcelos Ribeiro Bianka Pires André	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928058</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>84</b>
CENTRO DE ATENÇÃO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (CADE): UMA REDE DE APOIO NA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA EM SANTO ANDRÉ-SP	
Amanda Sousa Batista Do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6371928059</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>94</b>
CONTRIBUIÇÕES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA A EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR	
Cristiane de Fatima Costa Freire Francileide Batista de Almeida Vieira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280510</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>105</b>
DISCUTINDO A APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA	
Maria das Dores Trajano da Silva, Fernanda Araújo Tavares Sabino Alice Lima da Silva Thayná Souto Batista Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280511</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>113</b>
EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: VISLUMBRANDO DESAFIOS POSSÍVEIS	
Rejane Gomes Ferreira Isandra de França Medeiros	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280512</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>122</b>
EDUCAÇÃO NO BRASIL: O USO DAS CONCEPÇÕES INCLUSIVAS E AS PROPOSTAS INTERDISCIPLINARES DENTRO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luandson Luis Da Silva Samilly dos Santos Bernardo Luis Joel Nunes De Farias Aldair Viana Silva de Alcaniz Nadjeana Ramalho da Silva Elaine Cristina Meireles Silva Elenith Jussier de Lima Silva Ivanildo Severino da Silva Hosana Souza de Farias	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280513</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>134</b>
EDUCACIÓN HOSPITALARIA, VOCES DESDE UNA EDUCACIÓN SENTIDA	
Priscilla Cabrera Huichalaf José Guillermo Reyes Rojas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280514</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>142</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E A PRÁTICA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA ESTUDANTES SURDOS	
Polliana Barboza Fernando Rodrigues Tavares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280515</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>152</b>
ESTUDO DE CUNHO ETNOGRÁFICO DA EXPERIÊNCIA DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ENSINO SUPERIOR: SIGNIFICADOS E EVIDÊNCIAS	
Ana Cristina Silva Soares	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280516</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>163</b>
GESTÃO ESCOLAR E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
Amanda Drzewinski de Miranda Eliza Ribas Gracino Nilcéia Aparecida Maciel Pinheiro Sani de Carvalho Rutz da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280517</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>178</b>
INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES	
Walkiria de Fátima Tavares de Almeida Daniel González González	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280518</b>	

<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O ENSINO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA COMO CAMINHO PARA DIMINUIR O RACISMO NA ESCOLA	
<p>Maria Leonilde da Silva  Allan Kardec Alves da Mota  Karla Janaina Barbalho Maciel  Cátia Silene da Silva Araújo Pereira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280519</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O LEDOR DIANTE DOS ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA	
<p>Antônio Ferreira de Melo Júnior</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280520</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>210</b>
O PAPEL DO GESTOR ESCOLAR NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE CAMPINA GRANDE - PB	
<p>Débora Aragão Bezerra</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280521</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>215</b>
OLHARES E PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS	
<p>Géssika Cecília Carvalho da Silva  Márcia Rafaella Graciliano dos Santos Viana  Elidiane Lemos do Nascimento  Michele Santana de Oliveira  Elisnando Correia Ferreira</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280522</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>226</b>
SABERES DA EXPERIÊNCIA DE MULHERES LABIRINTEIRAS DA COMUNIDADE DE REDONDA/CE	
<p>Eliane Cota Florio  Stenio de Brito Fernandes  Geraldo Mendes Florio  Magnólia Maria Oliveira Costa  Ana Lúcia Oliveira Aguiar</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280523</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>236</b>
TRABALHO DOCENTE, EDUCAÇÃO INCLUSIVA E OS PROCESSOS DE EXCLUSÃO: UM ESTUDO A PARTIR DA ABORDAGEM ESTRUTURAL DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
<p>Sabrina Araujo de Almeida  Judith Perez Ferreira  Pedro Humberto Faria Campos</p>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.63719280524</b>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS</b> .....	<b>248</b>

## INCLUSÃO, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE: MÚLTIPLOS OLHARES

**Walkiria de Fátima Tavares de Almeida**

walkiriafatima@outlook.com

**Daniel González González**

danielg@ugr.es

**RESUMO:** Este artigo busca realizar uma reflexão teórica sobre a inclusão, no contexto da educação escolar e da legislação vigente e sua contextualização histórica. Tendo como embasamento para a discussão os referenciais teóricos que abordam a questão da educação, inclusão e diversidade. O pressuposto metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, pautada na concepção teórica conceitual. É relevante ressaltar a reflexão concernente aos múltiplos olhares dos educadores frente à inclusão na diversidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidade. Educação. Inclusão.

**ABSTRACT:** This article seeks to carry out a theoretical reflection on inclusion, in the context of school education and the current legislation and its historical contextualization. Based on the discourse the theoretical references that address the issue of education, inclusion and diversity. The methodological assumption used was the bibliographical research, based on the conceptual conceptual conception. It is important to highlight the reflection regarding the multiple

perspectives of educators regarding inclusion in diversity.

**KEYWORDS:** Diversity. Education. Inclusion

### 1 | INTRODUÇÃO

No século XXI um dos grandes desafios da escola é resignificar seus saberes e refletir a forma de poder atender aos que anteriormente não estavam inseridos no seu contexto. Nas múltiplas áreas do conhecimento está ocorrendo grandes transformações educacionais, alterações na legislação quanto à acessibilidade, modificações na obrigatoriedade do ensino, e principalmente as transições necessárias nos parâmetros curriculares nacionais. Garantindo assim, o princípio da educação inclusiva onde declara uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 1988), segmentando sua a discussão na busca de possibilidades para atender a todos os estudantes, independentemente de suas especificidades, (RODRIGUES, 2006).

O paradigma referente à inclusão de pessoas com deficiência no panorama educacional brasileiro, de acordo com Martins (2010), vem revolucionando as tendências mais abrangentes a respeito dos avanços sociais conquistados nas últimas décadas. Ratificando desse modo, a divulgação das normas oficiais

sobre as metas e os fundamentos educacionais que se almeja para o alcance de padrões mínimos quanto à qualidade da educação inclusiva. Este movimento busca confrontar-se com a expectativa de questionar diretrizes, argumentos, formas de avaliação, e propor outros, originais, atuais e inusitados até o momento (GOMES, 2011).

Esta conduta tem contribuindo de sobremaneira, com este ideal para a comunhão com a diversidade, pelo respeito aos princípios da igualdade, da equidade e pelo reconhecimento das diferenças, as quais devem ser devidamente avaliadas em virtude das especificidades que as caracterizam, (CARVALHO,2006). E assim, marcando por meio de intensos debates que resulta na construção de atitudes e posteriormente em políticas públicas que garanta o acesso irrestrito de todo cidadão aos bens sociais, educacional, culturais e econômicos disponíveis pela sociedade.

A relevância deste artigo encontra-se fundamentado na reflexão acerca da ampliação de leis que garantam a educação inclusiva e desenvolvam políticas públicas que capacite os docentes para atender de forma eficaz os alunos com características educativas diferenciadas. O itinerário histórico da inclusão teve seu marco inicial na década de noventa, com o início das ações internacionais que asseguram aos países instauração de leis que amparem tais princípios. No que diz respeito a legislação brasileira temos a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva (2007) que passaram a garantir direito e democratização do ensino para todos, independentemente das diferenças particulares e/ou individuais dos alunos (PADILHA,2004).

Mesmo que mecanismos e instrumentos legais sejam capazes de estimular e assegurar o desenvolvimento da sociedade aberta à diversidade e garantir a educação para todos, na prática, o modelo da inclusão, ainda está longe de se concretizar nas palavras de Sacristán (2012). Para ele, se por um lado, as atuais políticas que versam sobre a inclusão evidenciam esforços para assegurar o acolhimento das diferenças na esfera social, por outro salientam a complexidade do processo de constituição dessa sociedade aberta à diversidade e da sistematização da inclusão que envolve uma parcela significativa da população, marginalmente excluída do processo de emancipação social e de desenvolvimento humano,(Leite, 2012)

Diante do exposto, segundo Mantoan (2003) tendo como intenção a reflexão acerca da inclusão, na busca da superação das desigualdades marcadas pelo movimento histórico-social da educação que, por longas décadas, deixaram de considerar as demandas especiais dos que, diferentemente da maioria, poderiam alcançá-las em ritmos, modos e tempos distintos. Pensar no outro, no diferente, na diversidade, é pensar na possibilidade de reduzir e eliminar as barreiras do preconceito, da discriminação e da desigualdade. Sendo assim, Dussel (2001) citado por Oliveira (2006) diz que:

“Aceitar o argumento do outro se supõe o aceitar o outro como igual, e esta

aceitação do outro como igual é uma posição ética, é o reconhecimento ético ao outro como igual, quer dizer, aceitar o argumento não é somente uma questão de verdade, mas, também uma aceitação da pessoa do outro” (p.70).

Tendo como norte o complexo processo de inclusão escolar compreende-se que o foco deve ser os princípios como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação.

Conforme dados da pesquisa divulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2002), mostra um quadro no qual 10% da população mundial possui algum tipo de deficiência e onde um percentual de apenas 3% é atendida, sendo assim, pode-se perceber que grande parte desses cidadão estão desprovidos de seus direitos sociais básicos tais como: lazer, cultura, emprego e educação (VIEIRA, 2005).

## 2 | REVISÃO DE LITERATURA

A educação inclusiva permite lançar o olhar para múltiplas direções e provoca uma mudança epistemológica, na qual a visão tradicional do conhecimento, da relação entre sujeito-objeto e a aprendizagem seja reavaliada, e tenha uma nova significação. Com relação a isso, Maturana (1997, p. 37) revela o seguinte “[...] cada ser humano constrói o conhecimento em interação e de onde os agentes externos só podem provocar mudanças internas em cada organismo determinados por sua própria estrutura”. Sendo assim, buscam em espaços diversos múltiplas realidades, estabelecendo as relações humanas que acontecem no acolhimento mútuo, identificando num a legitimidade do outro.

Nessa perspectiva, demanda novas abordagens específicas para um público único, que se encontra em situação com diferentes olhares sobre a Inclusão de desvantagens de toda natureza, desde as sociais, de saúde, de educação, de etnias, de deficiências (BIANCHETTI, 2002). Tendo como fio condutor, este comportamento empático, necessitando de um formato de escola cuja cultura seja significativa; que propicie a aprendizagem, oportunizando o desenvolvimento integrado que permeia a ideia de uma aprendizagem mais cooperativa; que possa gerar e potencializar a autoaprendizagem; e que incorpore práticas participativas (HEREDERO, 2009).

Nesse contexto, compreende-se que o saber docente é condição cinequanon para a urgência de um novo padrão essencial, o profissionalismo docente, traduzido pela competência, como produto de sua formação,( MIRANDA, 2004).

Portanto, é desejável a existência de uma atualização na formação inicial, com novos direcionamentos na prática e na profissionalização docente, a partir desses novos enfoques, possibilitando mudanças nas metodologias de ensinar, na organização das aulas, no planejamento de atividades, nas adaptações curriculares e nos sistemas de avaliação. Nessa formação, bem como na prática docente, há que

se enfatizar o respeito à diversidade visando ver e olhar o outro com base em sua singularidade, potencializando-se esse esforço em um trabalho realmente eficaz, produtivo e, principalmente, inclusivo (DENARI, 2011).

Diante dessa abordagem, o olhar diferenciado da prática pedagógica que enxergue o outro nas suas semelhanças e diferenças, não é condizente com as usuais práticas discriminatórias e muito menos com a padronização da aprendizagem, do ritmo, do comportamento de forma homogênea e igualitária. Esta atitude está longe da qualidade da educação que os profissionais da área educacional defendem, conforme Ferreira (2013).

Para Junkes (2006) compreender que o professor tem um papel essencial no processo de construção do conhecimento do indivíduo, significa avançar no desenvolvimento de práticas educativas que contemplem o uno e o múltiplo, significa de outra forma romper com a ideia de homogeneidade e de uniformização que ainda impera no campo educacional. Representa dessa forma entender a educação para além do seu aspecto institucional e compreendê-la dentro do processo de desenvolvimento humano.

Consequentemente, é o que fala Dayrell (1996) no qual compactua com a ideia de que essas novas possibilidades do espaço educativo escolar precisam ser vistas na sua riqueza, no seu potencial de instituição sociocultural marcado por símbolos, rituais, crenças, culturas e valores diversos. Expõe assim, a necessidade do desafio da mudança de valores, de lógicas e de representações sobre o outro, na forma de educar para a diversidade é fazer das diferenças um trunfo, explorá-las na sua riqueza, possibilitar a troca, proceder como grupo, entender que o acontecer humano é feito de avanços e limites.

Nessa concepção, a maior dificuldade da escola que observa o outro, o estranho, o diferente e que respeita a diversidade é garantir a educação para todas as pessoas historicamente excluídas, marginalizadas e oprimidas. Para Caiado (2003), é manter-se como um espaço onde todos possam ter os mesmos direitos e que sejam tratados com igualdade. Podendo promover o processo de inclusão, garantido não só o acesso, como também a permanência, rompendo barreiras, quebrando obstáculos e vencendo limites.

Em contrapartida, Larrosa e Skliar (2002) propõem uma pedagogia do diálogo, da harmonia, da empatia, que não chegue ao ponto acabar com as diferenças, porém, que mantenha a inquietação entre as duas, compreendendo que é da tensão que surge a criação de algo novo e a possibilidade de uma nova ordem, que acontece o caos. No âmbito educacional não concerne caracterizar o que é a diversidade e quem a compõe, senão conceber melhor como as diferenças nos constituem enquanto indivíduos.

No decorrer destas reflexões sobre as questões inclusivas, sociais e educacionais que solicitam um novo olhar, que sejam olhares múltiplos para romper com a influência epistêmica dos amplos saberes que prima por uma visão hegemônica de educação,

na qual todas as crianças aprendem do mesmo modo e no mesmo ritmo é uma utopia, que não pode ser confirmada por nenhuma ideologia e muito menos pela legislação. A multiplicidade representa o convite para a coragem de espiar por frestas inusitadas e conseguir ver outras dimensões da realidade nesse movimento de olhar para a educação sob novos ângulos (SKLIAR, 2003).

### 3 | ASPECTOS HISTÓRICOS DA INCLUSÃO

No que se refere a historicidade da inclusão a mesma percorreu uma longa trajetória por inúmeros períodos, países e culturas. Houve um período de grande exclusão social, que aconteceu na Grécia na Idade Antiga, onde as crianças que nasciam com qualquer tipo de deficiência eram abandonadas ou mortas logo no após o parto, para que não fossem descobertos e colocasse a família em desgraça, (CORREIA,1999).

Conhecida como Idade das Trevas por ser um período de grandes conflitos principalmente o religioso, a Idade Média ficou conhecida pela perseguição e morte aos deficientes de qualquer tipo, por serem relacionados a questões sobrenaturais.

Os registros históricos de acordo com Jannuzzi (2004) apontam para o Brasil do século XVIII, as instituições religiosas como as Santas Casas abrigavam e também distribuía alimentos aos desvalidos, como eram chamados todos que tivessem qualquer tipo de deficiência Bueno (1993).

Os primeiros movimentos que visavam o atendimento e o acolhimento às pessoas com deficiência surgiram na Europa. Esta mudança de atitude e tendo como inspiração experiências exitosas europeias, um pequeno grupo de brasileiros iniciaram serviços de atendimento para cegos, surdos e pessoas com deficiência mental e física, isso no início do século XIX. Os quais foram caracterizados como iniciativa particular e oficial isolado, demonstrando o interesse de algumas pessoas especialmente educador, pelo atendimento educacional aos deficientes. Contribuindo de sobremaneira para a inclusão da Educação Especial na política educacional do Brasil, que só aconteceu nos anos 50, Mazotta (2005).

D. Pedro II foi um grande incentivador da inclusão, tendo em 1854, criado o Instituto dos Meninos Cegos, na cidade do Rio de Janeiro através do Decreto Imperial Nº 1.428, atual conhecido como Instituto Benjamim Constant (IBC), reconhecido internacionalmente por suas pesquisas. Ele também criou na mesma cidade, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), pela Lei de Nº 839 o então Imperial Instituto dos Cegos-mudos ( MAZOTTA,2005)

Em 1883, tendo como eixo norteador a Educação Especial na formação de professores e no currículo, aconteceu o 1º Congresso de Instrução Pública, evento de grande relevância.

Mendes (2006), acrescenta que no século XIX, no Brasil surgiram algumas

iniciativas não oficiais precursoras de cunho educacional para pessoas com necessidades educacionais especiais. Na cidade do Rio de Janeiro em 1947, aconteceu o primeiro Curso de Especialização de professores na Didática de Cegos, promovido pelo Instituto Benjamim Constant em parceria com a Fundação Getúlio Vargas. Somente na década de 1970 teve início a institucionalização da Educação Especial com a efetivação do poder público, Ferreira (2013).

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), em 1994 estabelece que a escola inclusiva contemple as várias necessidades educacionais e sociais especiais, tendo como princípios básicos os diferentes olhares sobre inclusão (SANTOS, 2000).

Tendo em vista a relevância do referido documento, percebe-se a sua influência no processo de criação de políticas públicas internacionais como exemplo a construção de nossa LDB/96, em seu capítulo V – no qual reza em seu parágrafo único que:

“O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.” (BRASIL, 1996).

Entretanto salienta-se que o Estado assume como seu, o dever de prover condições de ampliação de acesso escolar especializado às pessoas com deficiência, Leite (2012). Já as Diretrizes da Educação Especial na Educação Básica (Brasil, 2001), define que as adaptações curriculares podem ser interpretadas como flexibilização, uma vez que pressupõe a existência de alterações no processo educacional, sinalizando assim o caminho para atender as particularidades de todos os estudantes, na atual LDB, há sensível evolução, muito embora a educação especial esteja conceituada como modalidade de educação escolar oferecida a educandos portadores de necessidades especiais, (Pietro, 2002).

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Refletindo sobre tudo o que se discutiu, entende-se que o processo de desenvolvimento dos seres humanos passa sim pela aprendizagem, porém vai além dela, tem haver com a interação social, esse é ponto fundamental nesse processo de desenvolvimento.

A inclusão não pode ser definida de modo algum estanque, a priori, fechada em si mesma. Ela compõe o currículo e não pode ser dissociada do projeto educativo em sua totalidade, incluindo as políticas públicas, os projetos escolares, as propostas implícitas e a diversidade sócio educacional.

É notório, um avanço no que diz respeito às discussões teórico-legais da inclusão da pessoa com deficiência no sistema público regular de ensino, possibilitando o fomento de leis e políticas públicas que conduzam as necessidades legais. Em um cenário inclusivo para uma sociedade cada vez mais injusta, globalizada e fragmentada

por valores individuais e desiguais.

Na perspectiva interacionista sempre há necessidade da busca pela educação inclusiva, como uma possibilidade de romper as barreiras que inviabilizam a aceitação das diferenças entre as pessoas, sabendo que trata-se de um processo complexo, que exige formação, exercício da tolerância e, conhecimento, que provoca dessa forma mudança atitudinal na construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

## REFERÊNCIAS

- BIANCHETTI, L. Um olhar sobre a diferença: as múltiplas maneiras de olhar e ser olhado e suas decorrências. In: DENARI, F. E.; MANZINI, E. J. (Ed.). *Revista Brasileira de Educação Especial*. Marília/São Carlos: UNESP/ABPEE, v. 8, n. 1, 2002.
- BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Declaração universal dos direitos humanos, 1948-1978. Brasília, DF, 1998a.
- \_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Atlas, 1988.
- \_\_\_\_\_. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Cultura. Centro Nacional de Educação Especial. Portaria CENESP/ MEC nº. 69, de 28 de agosto de 1986. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 1994.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Boletim da UNESCO sobre educação inclusiva. Brasília, DF, 2001b.
- BUENO JGS. Educação especial brasileira: integração /segregação do aluno diferente. São Paulo, EDUC/PUCSP, 1993.
- CAIADO Kátia Regina Moreno. Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos, 1ª edição, Campinas SP, ed. Autores Associados: PUC, 2003.
- CARVALHO, Rosita Édler. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 4ª ed. Porto Alegre, ed. Mediação, 2006.
- CORREIA, L. de M. Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares. Porto, Portugal: Porto, 1999.
- DAYRELL, Juarez (Org.) Múltiplos olhares sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- DECLARAÇÃO de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília, DF: CORDE, 1994.
- DENARI, E. F. Autonomia escolar na diversidade das (d)eficiências e inclusão. *Revista Ambiente @ ducação*. v. 4, n. 1, jan./jun. 2011. p. 37-43.
- DUSSEL, Enrique. *Para uma ética da libertação latino-americana: III – erótica e pedagógica*. Tradução de Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 2001.

FERREIRA M. FERREIRA J. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: Políticas e Práticas de Educação Inclusiva. 4ª ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

GOMES, A. Políticas públicas discurso e educação. In: GOMES, Alfredo (Org.) *Políticas públicas e gestão da educação*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.

HEREDERO, E. S. Relación entre los espacios escolares y la convivencia en los centros educativos.

In: HEREDERO, E. S.; BRIS, M. M. (Coord.). *Formación del ciudadano en un mundo global: una mirada desde los contextos español y brasileño*. Guadalajara: Universidad de Alcalá de Henares, 2009.

JANNUZZI, Gilberta. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

JUNKES, A. *Formação de professores e condição de atuação em educação especial*. São Paulo: Editora Insular, 2006.

LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). *Habitantes de Babel: política e poética da diferença*. Belo Horizonte: Atlântica, 2002.

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Universitária, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 2003.

MARTINS, P. O financiamento da educação básica como política pública. RBPAAE – v26,n.3, pp. 497-514, set/dez. 2010.

MATURANA, H. *Emociones y lenguaje en educación y política*. Santiago de Chile: Dólmén, 1997.

MAZZOTA, M. J. S. Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

MIRANDA, D. S. *Ética e cultura: um convite à reflexão e à prática*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. A problemática da ética da diferença e da exclusão social: um olhar dusseliano. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. et. al. [orgs.]. *Inclusão: compartilhando saberes*. Petrópolis: ed. Vozes, 2006.

PADILHA, L. M. A. Possibilidades de histórias ao contrário, ou desencaminhar o aluno da classe especial. São Paulo: Plexus, 2004.

PRIETO, R.G. Políticas Públicas de Inclusão: compromissos do poder público, da escola e dos professores. São Paulo, 2002.

RODRIGUES, David. *Inclusão e Educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: ed. Summus, 2006.

SACRISTÁN, J. G. A construção do discurso sobre a diversidade e suas práticas. In: ALCUDÍA, R. *Atenção à diversidade*. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SANTOS, M. Educação Inclusiva e a Declaração de Salamanca: Conseqüências ao Sistema Educacional Brasileiro. Revista Integração - ano 10, nº. 22, pp. 34-40 – 2000.

SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VIEIRA, José Carlos. *Democracia e Direitos Humanos no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS**

**Glaucia Wesselovicz** - Bacharel em Administração (UNIÃO), Especialista em Logística Empresarial (SANTANA) e Especialista em Gestão de Projetos (POSITIVO), Conselheira do COMAD – Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas, Representante do PROPCD – Programa de Inclusão da Pessoas com Deficiência, Representante no Grupo de Gestores do Meio Ambiente dos Campos Gerais, Articuladora de Projetos Estratégicos do SESI para o Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial, Junior Achievement, ODS – Objetivo de Desenvolvimento Sustentável atuando a 6 anos com ações de desenvolvimento local.

**Janaina Cazini** - Bacharel em Administração (UEPG), Especialista em Planejamento Estratégico (IBPEX), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (CETIQT), Practitioner em Programação Neurolinguista (PENSARE) e Mestre em Engenharia da Produção (UTFPR) com estudo na Área de Qualidade de Vida no trabalho. Coordenadora do IEL – Instituto Evaldo Lodi dos Campos Gerais com Mais de 1000h em treinamentos in company nas Áreas de Liderança, Qualidade, Comunicação Assertiva e Diversidade, 5 anos de coordenação do PSAI – Programa Senai de Ações Inclusivas dos Campos Gerais, Consultora em Educação Executiva Sistema FIEP, Conselheira do CPCE – Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial. Co-autora do Livro Boas Práticas de Inclusão – PSAI. Organizadora da Revista Educação e Inclusão da Editora Atena.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-363-7

